

Na senda das redes: caminhos e descaminhos da Museologia no Portugal democrático

Clara Frayão CAMACHO
MUSEÓLOGA; TÉCNICA SUPERIOR DA DIREÇÃO-GERAL DO
PATRIMÓNIO CULTURAL

Resumo:

O artigo explora os antecedentes, a construção e a evolução da noção de rede de museus em Portugal de 1974 a 2014. A abordagem histórica foi sistematizada em torno de cinco etapas: as primeiras propostas (1976-79); o abandono da noção de rede nos anos 1980; a institucionalização da Museologia nos anos 1990; a criação oficial da Rede Portuguesa de Museus nos anos 2000; o período contemporâneo (2012-14).

Palavras-chave:

Redes de museus; Credenciação; História da Museologia Contemporânea; Portugal

Abstract:

This paper explores the origin, building up and evolution of museum networks in Portugal from 1974 to 2014. The historical approach was systematized in five steps: first proposals (1976-79); giving up of the network paradigm in the 1980s; institutionalization of Museology in the 1990s; the current period (2012-14).

Keywords:

Museum networks; Accreditation; Contemporary History of Museology; Portugal

O historial da noção de rede de museus e da sua aplicação em Portugal, de 1974 até à atualidade, entronca na História da Museologia contemporânea, em que a rede surge como figura estruturante da organização dos museus portugueses. Noutro texto anterior (CAMACHO, 2010) fiz o balanço da atividade da Rede Portuguesa de Museus (RPM) nos seus primeiros dez anos de existência. O presente artigo é norteado por uma perspetiva mais ampla, a tentativa de sistematização dos antecedentes e dos momentos-chave de adoção do paradigma reticular aplicado à realidade museológica portuguesa¹.

¹ O artigo insere-se na pesquisa efetuada no âmbito do Doutoramento em História, cuja tese “Creden-

Neste caminho é indispensável apontar o papel precursor de João Couto. Logo no início dos anos 1940, o Diretor do Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA) defendeu uma “Rede de Museus do Estado”, proposta que retomou duas décadas mais tarde, no quadro do surgimento de novos museus municipais e da desequilibrada distribuição geográfica do mapa dos museus tutelados pelo Estado (COUTO, 1941, 1962, 1966). Se em 1941 Couto apontava a “(...) criação ativa e por ora desordenada de tantos Museus em terras portuguesas (...)” (COUTO, 1941:10) para fundamentar a necessidade de alargamento da rede dos Museus dependentes da Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, nos anos 1960 voltava a colocar o acento na “má distribuição dos museus” pelo País, “(...) advogando a existência em cada cabeça de distrito de um Museu Regional” (COUTO, 1966: 3).

As preocupações do Diretor do MNAA refletiam a ausência de um ordenamento museológico do País à escala territorial e a desatenção governamental aos museus que não estavam sob a sua tutela, apesar do “bom espírito” do Regulamento Geral dos Museus de Arte, História e Arqueologia, publicado em 1965. As reflexões e os alertas precedentes não tiveram qualquer resultado prático, prosseguindo o nascimento dos museus no seio de diferentes tutelas e sem que fossem criados órgãos e instrumentos formais de articulação entre eles.

1976-79. Um caminho por percorrer: a proposta sueca de uma “rede coerente de museus”

Depois do 25 de abril de 1974, foi no período pós-PREC que surgiram as primeiras tentativas oficiais de reconhecimento, de ordenação e de estruturação do sector museológico português, entre as quais se inseriu a proposta de criação de uma rede nacional de museus. Nesta matéria, durante os primeiros governos constitucionais, foi notável a ação do Secretário de Estado da Cultura, David Mourão-Ferreira². No sentido de suprir as deficiências, fragilidades e problemas com que os museus e os seus profissionais se defrontavam, sob a sua governação foram constituídos quatro grupos de trabalho para o estudo da legislação, da orgânica, do ensino e das carreiras do pessoal dos museus: a *Comissão ad hoc encarregada de estudar a reforma da legislação dos Museus Portugueses*, o *Grupo de Trabalho para o Estudo da Instalação de Novos Museus*, o *Grupo para o Estudo do Curso de Museologia* e a *Comissão Organizadora do Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural*.

Revelando uma perspetiva internacional e uma consciência das graves carências dos museus portugueses e da inadequação das suas estruturas coordenadoras, David Mourão-Ferreira fez um pedido de aconselhamento à UNESCO no campo da Museologia, visando a melhoria da coordenação entre os museus existentes, a descentralização da sua ação e a criação de “museus de tipo novo com larga participação popular”. Tendo a UNESCO encaminhado o pedido para o Conselho Internacional

ciação, Sistemas e Redes Nacionais de Museus: uma Perspetiva Europeia Contemporânea” (2014) está disponível em <http://hdl.handle.net/10174/11718>.

² Mourão-Ferreira ocupou este cargo sucessivamente em vários governos: no 6º Governo Provisório de Pinheiro de Azevedo (janeiro a julho 1976), no 1º Governo Constitucional de Mário Soares (julho de 1976 a dezembro de 1977) e posteriormente no Governo Mota Pinto (novembro 1978 a junho de 1979).

de Museus (ICOM), foi designado o Diretor do Museu de Västerbotten no norte da Suécia, Per-Uno Agren, para chefiar a missão em Portugal. Com o apoio do MNAA e do *Grupo de Trabalho Museus-UNESCO*,³ Agren ficou a conhecer profundamente o país museológico, mediante um périplo impressionante de visitas a perto de 30 coleções, museus e projetos locais, e da realização de três seminários, envolvendo mais de uma centena de participantes, em torno do tema “Museus e Populações locais – participação e integração”.

Os Relatórios da Missão UNESCO⁴ destacavam três ordens principais de problemas nos museus portugueses: problemas de instalações, problemas científicos (métodos de aquisição e de documentação das coleções) e ausência de atividades educativas. Face a este quadro de situação, Per-Uno Agren recomendou um conjunto de soluções estruturais, inscritas no longo prazo, a primeira das quais consistia na criação de “uma rede coerente de museus dando uma informação equilibrada sobre a história cultural”. A “Rede de museus” pressupunha a constituição de “museus regionais”, fosse através da modificação dos existentes, fosse através da criação de novas unidades. O modelo era baseado na orgânica museológica sueca, favorecedora da articulação entre os níveis nacional, regional e local, onde os museus regionais desempenhavam funções de apoio aos museus locais e à preservação do património localizado no território envolvente.

A proposta de criação da “rede de museus” era articulada com duas outras recomendações: a reorientação programática dos museus portugueses e a reformulação da formação profissional. Na prática, o Museu de Alberto Sampaio e o projeto de museu local de Montalegre eram propostos, a par de Estremoz, para o incremento de projetos-piloto, voltados para o desenvolvimento de programas educativos dirigidos às comunidades.

A Missão UNESCO terminou em 1979 sem que as suas recomendações fossem concretizadas. O *Grupo de Trabalho Museus-UNESCO* foi reformulado nesse ano, passando a designar-se *Grupo de Apoio aos Museus Locais e Regionais* e integrado no âmbito da *Comissão Organizadora do Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural*. O Grupo, embrião de um órgão oficial de articulação e de aconselhamento aos museus locais, veio a desaparecer em 1981, diluindo-se as suas atribuições no Instituto Português do Património Cultural (IPPC), criado no ano anterior.

Anos 1980. Experimentação e abandono do paradigma da rede. Outros caminhos

Quando a Diretora do novo IPPC, Natália Correia Guedes, gizou um *Plano Museológico Nacional*, este documento incluiu como objetivo o estabelecimento de “uma rede museológica nacional”, na qual algumas instituições desempenhariam as funções de “museus coordenadores regionais” e outras constituiriam “museus especializados”

³ Criado, por despacho do SEC de 26 de novembro de 1976, o Grupo de Trabalho Museus-UNESCO era formado por João Manuel Bairrão Oleiro (presidente), Alfredo Almeida, Irisalva Moita, Maria Alice Beaumont e Sérgio Andrade, aos quais se juntaram posteriormente Maria João Vasconcelos e José Lima de Freitas.

⁴ Per-Uno Agren, Portugal – Les musées régionaux et locaux – quelques observations et propositions (No. 1). Umea. 1977. Per-Uno Agren, Les Musées Régionaux et Locaux (Rapport n.º 2). Paris. 1979. [UNESCO “Document à diffusion restreinte” FMR/CC/CH/79/123].

(GUEDES, 1981). Ao tentar estabelecer uma ordem museológica para o País, o *Plano* era motivado pela preocupação do IPPC assegurar a coordenação dos monumentos que iriam transitar da Direção-Geral do Património do Estado, não deixando também de se enquadrar no princípio de criação de uma “rede de museus”.

Entendidos como “museus normais”, à semelhança do MNAA, os museus do IPPC localizados nas capitais de distrito prestariam assistência aos “pequenos museus” do respetivo território.⁵ Num momento em que o número de entidades autodenominadas museus conhecia um vigoroso crescimento, a “rede museológica” consistiria numa organização territorial dos museus que se encontravam fora da órbita tutelar do Estado que passariam a estar enquadrados pelas instituições museológicas dependentes do IPPC.

Em dezembro de 1983, na abertura da *Semana de Reflexão Museus e Património Cultural Regional*, organizada pelo IPPC e pelo Instituto Franco-Português (então presidido por Hugues de Varine), a Diretora do IPPC apontava a necessidade de revisão de critérios do *Plano*, em consequência do clima económico que originara um retrocesso na disponibilidade financeira e técnica (GUEDES, 1983).⁶ Assim, após um período experimental de quatro anos, pautado por algumas reuniões descentralizadas, o *Plano Museológico Nacional* esvaiu-se. Dele terá ficado a tradição de apoio técnico a museus da sua área geográfica de influência por parte de alguns museus dependentes do IPPC, localizados fora da capital.

Deste modo, assinala-se no arranque dos anos 1980 o primeiro descaminho da política museológica nacional relativamente à possibilidade de construir uma estrutura reticular de organização e de cooperação museológica de âmbito nacional. Ao longo da década, a questão da “rede de museus” afasta-se da documentação oficial, precisamente numa fase de grande pujança no campo do associativismo patrimonial, da Museologia local, de intensa circulação de ideias e de disseminação de novos modelos, em particular os da Nova Museologia.

No terreno, os municípios materializavam novos museus nos âmbitos territoriais concelhios, associados às políticas culturais e patrimoniais autárquicas. A valorização de diferentes marcos patrimoniais, arqueológicos, edificados, etnográficos e paisagísticos, num modelo de inspiração ecomuseológica, a que o exemplo do Seixal daria forma, moldou a criação dos museus denominados de “polinucleados”. Longe de ser um fenómeno de moda, balizado por esses primeiros anos pós-democracia e pela influência das correntes da Nova Museologia, a polinuclearidade museológica tornou-se uma tendência portuguesa com expressão continuada até aos dias de hoje (CAMACHO, 2009).

Mau grado a ausência de debate em torno de uma rede nacional de museus, emergiram neste período alguns ensaios de cooperação territorial, designadamente no âmbito da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal e na Área Metropolitana de Lisboa, onde foi realizado o Encontro de Museus Locais da Grande Lisboa em 1986. Impulsionado por jovens técnicos dos museus autárquicos, este encontro

⁵ Entrevista a Natália Correia Guedes, 21-9-2012 www.patrimonio.pt. Acedido em 5-12-2012.

⁶ O país vivia então sob o denominado “programa de ajustamento”. Em meados de 1983, o governo de coligação PS-PSD iniciou negociações com o Fundo Monetário Internacional para apoio financeiro, fornecido de outubro desse ano ao final de 1984.

centrou-se na ligação dos museus às comunidades e nas dificuldades enfrentadas pela descaracterização cultural e pela rápida transformação da região em torno da capital. Contudo, o nascente movimento museológico intermunicipal da Área Metropolitana de Lisboa não teve continuidade.

Anos 1990. A institucionalização orgânica da Museologia Nacional e o regresso da ideia de rede

No plano nacional, a década de 1990 foi marcada pela institucionalização central da área da Museologia, destacada da do património cultural e alicerçada num organismo próprio, o Instituto Português de Museus (IPM), criado em 1991.

À cabeça, o IPM tinha o “objetivo de superintender, planear e estabelecer um Sistema Nacional de Museus, visando a coordenação e execução de uma política museológica integrada”.⁷ Porém, este enunciado não passou de uma intenção. A definição daquele sistema não foi contemplada no diploma, cujo desenvolvimento se limitou ao universo dos museus dependentes, por vezes apelidados coloquialmente de “Rede Nacional de Museus”.

Em 1995 veio a público o *Documento Preparatório para uma Lei de Bases do Sistema Museológico Português*, da responsabilidade da Associação Portuguesa de Museologia (APOM) e da Comissão Nacional do ICOM, que, partindo de uma análise dos problemas detetados (“explosão museológica”, vazio normativo e diversidade de agentes implicados) e de uma abordagem histórica da legislação do sector, propôs a elaboração de uma nova lei de bases do sistema museológico português. Este documento traçou um significativo conjunto de linhas e de tópicos para uma (re)organização concertada da realidade museológica portuguesa, assente no conceito de sistema (“Sistema Museológico Português”).

Face ao “sistema museológico”, Adília Alarcão, então Diretora do Museu Monográfico de Conímbriga, avançava a ideia de o conjunto dos museus portugueses constituir uma “Rede Museológica”, em que instituições muito diversas e independentes seriam cooperantes⁸, subentendendo que essa não era uma característica inerente aos ‘sistemas’. Estes comentários retomavam os termos de uma proposta anterior, no sentido de ser recuperada a reflexão sobre a “rede museológica nacional encetada nos primeiros anos da década de 80” (ALARCÃO, 1993: 35).

A opção entre ‘sistema’ e ‘rede’ não suscitou um debate conceptual aprofundado neste período e ficou institucionalmente resolvida em 1997⁹, em benefício desta última, uma decisão a que não terá sido alheia a influência do modelo proposto por Adília Alarcão. O diploma orgânico do IPM invocava no preâmbulo a “definição da futura Rede Portuguesa de Museus”, como um dos fatores a motivar a reorganização do instituto. A sumária enunciação desta rede¹⁰ desvelava como elemento inovador a

⁷ Art.º 1º do DL nº 278/91, de 9 de agosto.

⁸ Adília Alarcão, *Documento preparatório para uma Lei de Bases do Sistema Museológico Português*, 26-1-1996, pp. 2-3, sem cota.

⁹ DL nº 161/97, de 26 de junho.

¹⁰ “A Rede Portuguesa de Museus será constituída por museus dependentes do IPM ou pertencentes ao Es-

nivelação de tratamento dos museus dependentes e dos ‘outros’, quer públicos quer privados. Todos estariam em condições de pertencer à rede, desde que os respetivos acervos fossem “de reconhecido valor e interesse”. Por conseguinte, a valorização das coleções e não das funções museológicas cunhava a primeira apresentação oficial da RPM. Em tudo o resto, a rede que se visava criar para os museus era uma incógnita, quer pela falta de definição do termo, quer pela ausência de uma reflexão precedente sobre a sua adequação à realidade museológica portuguesa.

O contexto em que surgiu o diploma do IPM e a opção por uma rede de museus devem ser inseridos no quadro mais geral das políticas culturais em Portugal. O modelo das redes de equipamentos culturais promovidas pelo Estado era conhecido, tendo provas dadas nas bibliotecas (*Programa da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas*, 1987) e emergindo nos arquivos (*Rede de Arquivos Municipais*, 1998). Tratava-se de um formato adequado à correção de assimetrias territoriais na distribuição dos equipamentos, usando uma estratégia descentralizadora e promotora de parcerias, em particular entre a administração central e a local (AGREN, 2002; ANICO, 2009; NEVES, 2004; SILVA, 2004). Para apoiar o entendimento destas parcerias, José Soares Neves (NEVES, 2004) convoca o conceito de “democracia cultural”, nascido nos anos 1960, e o de “cultura como fator de desenvolvimento”, que ganhou especial visibilidade na década de 1990 no âmbito do Conselho da Europa. Que à rede de bibliotecas se seguissem as de museus e de arquivos era uma natural evolução de um modelo que colhia consenso político e percorreria governos com diversas bases partidárias.¹¹ Era, assim, numa linha de continuidade e de contaminação que surgia a rede dos museus. Ao fluxo das redes culturais importa acrescentar o novo rumo que o recente Ministério da Cultura de Manuel Maria Carrilho imprimia aos diferentes domínios, num balanço entre transversalidade e sectorialização. Por outro lado, a mudança de liderança do IPM, com a entrada de Raquel Henriques da Silva para Diretora (1997), veio reposicionar as prioridades do instituto e direcioná-lo para o todo museológico nacional.

O segundo aspeto contextual a salientar é o que Augusto Santos Silva designa de “modas terminológicas” que levou à “nomeação celebrativa das redes” (SILVA, 2004: 249). Com *A Sociedade em Rede* de Manuel Castells como pano de fundo (NEVES, SANTOS, & LIMA, 2013), a predisposição para aderir a esta forma de sistema encontrava diversos arautos entre os profissionais dos museus portugueses. Da produção museológica deste período sobressaem contributos para a conceptualização das “redes museais” de âmbito local e regional (LAMEIRAS-CAMPAGNOLO & CAMPAGNOLO, 1996; LAMEIRAS-CAMPAGNOLO, 1998) e os fundamentos das “redes museológicas locais”¹². A proposta mais original para a escala nacional é

tado, a autarquias ou a outras pessoas coletivas públicas ou privadas que integrem nos seus acervos espécies de reconhecido valor e interesse.” (Art.º 4º do DL nº 161/97, de 26 de junho)

¹¹ A rede dos museus viria a exceder o formato das suas congéneres, em virtude das alianças estabelecidas, que extravasaram o âmbito municipal e contemplaram pela primeira vez a administração regional autónoma, bem como o sector privado. Distanciou-se ainda pelo lugar concedido à circulação de informação e pela prioridade às componentes técnicas e de formação em detrimento da construção de equipamentos.

¹² H. C. Gouveia, *Proposta de realização de um Seminário sobre redes museológicas locais, em Viana do Cas-*

a de Luís Raposo (RAPOSO, 1999) que distinguia a organização dos museus em três planos. Na base, estaria o universo das entidades reconhecidas como museu; num segundo nível, os museus em rede, “museus aderentes a uma estrutura básica de articulação e fluxo informativo”; numa terceira plataforma, os museus integrantes do “plano museológico nacional”, a requerer uma intervenção mais consistente do Estado.

Por seu turno, os *Encontros Museologia e Autarquias*, nascidos em 1990, ganharam alento e afirmaram-se como eventos marcantes da Museologia portuguesa, dando azo a um movimento de reflexão, em que o tema das “redes de museus”, e particularmente o da “Rede Portuguesa de Museus”, foram objeto de apresentação de comunicações e de questionamento em debates.

Anos 2000. A oficialização da Rede Portuguesa de Museus e a ligação à Credenciação

Num país unitário e com tradição de administração direta da cultura, a liderança do processo de construção da rede de museus esteve do lado da administração pública central, muito embora o impulso ao debate destes temas e a sua colocação na agenda de meados dos anos 1990 tivesse competido aos atores associativos, como se referiu na secção anterior. Neste contexto, foi criada governamentalmente, em 2000, a Estrutura de Projeto *Rede Portuguesa de Museus*, com a competência inicial de estudar e propor o modelo da RPM. Começava a desenhar-se um caminho para a concretização de uma rede formalizada e oficial para os museus portugueses.

Se as circunstâncias de nascimento da RPM concorreram para que o projeto fosse avante, o modelo adotado merece alguma reflexão pela sua singularidade. Não se quer dizer que não tenha sofrido influências internas e externas. Pelo contrário, na sua formatação foi considerada a reflexão nacional anteriormente mencionada. Enquanto no que respeita à credenciação eram escassos os contributos internos (APOM e Comissão Nacional do ICOM, 1996), os prolegómenos da pertinência de uma rede de museus para Portugal atravessaram, como se viu, parte do século XX. Há, porém, que distinguir nas propostas mais recuadas um uso anacrónico do termo ‘rede’, entendido na sua vertente sistémica de organização territorial, sem os atributos de abertura, de policentralismo, de reciprocidade (SILVA, 2004) e de conjunto de elementos “em construção”, abertos a alterações ou retificações (LAMEIRAS-CAMPAGNOLO & CAMPAGNOLO, 2002) que caracterizam o seu uso contemporâneo. É de recordar que a cronologia de nascimento da RPM na era pós-Castells permitiu a sua inscrição na ótica da *Sociedade em Rede*.

Por outro lado, no plano externo, as pesquisas, encontros e intercâmbios permitiram o conhecimento de uma panóplia de redes de museus e de sistemas de credenciação de países tão diferentes quanto o Reino Unido, a Itália, a França, a Espanha (Catalunha), a Suécia e a Noruega. Porém, a principal singularidade do caso português haveria de consistir na confluência e na justaposição da noção de ‘rede’ com a de ‘conjunto de museus credenciados’, matriz que não estava presente, de raiz, nos sistemas estudados noutros países.

A partir de 2000, a RPM foi institucionalizada em três dimensões: a orgânica, a sistémica e a jurídica. Como serviço, foi acoplada à estrutura da administração central, embora numa posição autónoma e temporária sob a forma de uma Estrutura de Projeto, na dependência da direção do IPM. Como sistema de museus, começou a ser formada de forma experimental, através da “adesão” voluntária das instituições museológicas, evoluindo posteriormente para a credenciação, em vigor até à atualidade. Na dimensão legislativa, foi fixada na Lei-Quadro dos Museus Portugueses.

Em dez anos de atividade, a RPM atravessou quatro fases. A primeira (2000-2003) foi caracterizada por inovação conceptual, programação participada, elevados indicadores de realização, a adesão dos primeiros museus e o lançamento dos eixos da informação e da formação. Seguiu-se a etapa legislativa e reguladora (2004-2006), cujo ponto alto foi atingido com a publicação da Lei-Quadro dos Museus Portugueses. Nestes anos de consolidação, de terreno e de regulação, foi publicado o regulamento da credenciação e lançado o novo programa financeiro, o ProMuseus. Os anos subsequentes (2007-2009) foram anos de reforma e de espera. Estava em curso a reestruturação da administração central e a criação do Instituto dos Museus e da Conservação (IMC), o que introduziu alguma lentidão burocrática, agudizada pela falta de operacionalização do órgão consultivo, o Conselho Nacional de Cultura (CNC), que motivou a estagnação do sistema, ao inviabilizar as entradas de novos museus para a rede. Nesta fase assistiu-se ainda à diminuição dos recursos financeiros. Por breve período (2010-2011) a RPM conheceu um novo ânimo, com o desbloqueamento da credenciação, a consequente expansão da rede e o lançamento dos debates em torno das redes regionais, se bem que os recursos financeiros continuassem a esmorecer. No seu todo, os indicadores globais desta década de atividade são expressivos: 131 museus integrados, 70 ações de formação, 1500 formandos e mais de 400 projetos apoiados técnica e financeiramente.

Em resumo, de 2000 a 2010, o paradigma “uma rede, uma lei, um instituto” norteou as políticas dirigidas aos museus portugueses. A articulação das três dimensões – a reticular, a regulamentar e a orgânica – individualizou o caso português.

2012-2014: Da interrupção ao recomeço

No início de 2012 fechou-se um ciclo da atividade da RPM. Uma primeira leitura do impacto da reestruturação administrativa que conduziu à extinção do IMC e à criação da Direção-Geral de Património Cultural (DGPC), evidencia a manutenção do “reforço, consolidação e superintendência” da Rede Portuguesa de Museus nas atribuições da DGPC¹³, tal como estivera nas do anterior IMC. Contudo, já o novo edifício administrativo estava a ser erigido quando os serviços centrais da RPM foram esvaziados de recursos humanos e de meios e a sua atividade foi interrompida. A desconformidade entre a letra regulamentar da lei e a situação no terreno refletiu-se num hiato com a duração de cerca de um ano. Pela primeira vez, desde o ano 2000, deixavam de existir meios humanos, técnicos e financeiros para responder à dinâmica de evolução desta rede.

Assim, de fevereiro de 2012 a fevereiro de 2013, a RPM atravessou um período de

¹³ DL n.º 126-A/2011, de 29 de dezembro.

não-existência, decorrente da falta de pessoal, numa fase institucionalmente instável, em que decorria o processo de transição orgânica para a nova Direção-Geral. Este descaminho teve naturalmente consequências gravosas, de incerteza quanto ao futuro, de descredibilização externa e de desconfiança quanto à continuidade desta linha programática.

A nova equipa técnica entretanto constituída retomou a atividade pública em abril de 2013 com a realização de três reuniões descentralizadas com os museus que integram a RPM. Desde então, a credenciação foi retomada, a RPM passou a ter um novo canal de divulgação, através de uma página na rede social Facebook, enquanto o programa de formação foi relançado em 2014. Lentamente, vai-se retomando o caminho que vinha a ser trilhado, muito embora os recursos existentes sejam mais escassos e os procedimentos da administração pública padeçam de maior lentidão e de menor agilidade no período de assistência financeira.

No nível territorial, emergiram novas realidades de organização em rede entre museus. São merecedoras de atenção algumas dinâmicas de base geográfica e administrativa, por exemplo, na Rede de Museus do Algarve e na Rede de Museus do Distrito de Beja. Nestas redes regionais sobressaem como pontos comuns a iniciativa dos técnicos, o apoio das tutelas políticas, a consensualização de cartas de princípios e as iniciativas no terreno, como as ações de formação, as reuniões temáticas e as exposições conjuntas.

A finalizar, salienta-se alguns desafios atuais. No plano da gestão, urge encontrar o balanço entre a ação de uma plataforma central (sediada na DGPC), os organismos regionais (Direções Regionais de Cultura) e os museus. No quadro territorial, é necessário estimular as redes geográficas de museus nas suas diversas possibilidades (e.g. regionais, Comunidades Intermunicipais, áreas metropolitanas), em plena liberdade de associação e de funcionamento, sem constrangimentos burocráticos ou paternalistas. No âmbito colaborativo, merecem aprofundamento as parcerias e as cooperações intermuseus e entre estes e as organizações sociais e culturais, com base em objetivos consensualizados, projetos concretos e benefícios para os museus e os públicos. No campo estrutural, passada uma década da publicação da Lei-Quadro dos Museus Portugueses, não foram aproveitadas as oportunidades de reorganização administrativa para dar corpo ao ordenamento museológico territorial e à constituição dos nodos da rede, os Núcleos de Apoio a Museus. Estes poderiam constituir centros de conhecimento especializado e de irradiação colaborativa, desempenhando os papéis para que foram concebidos: prestação de apoio técnico, de cooperação e de articulação do sistema reticular português. Enfrentar estes e outros desafios poderá ajudar a construir um caminho renovado e participado para a evolução das redes de museus em Portugal.

Fontes

ALARCÃO, Adília - *Documento preparatório para uma Lei de Bases do Sistema Museológico Português*, 26-1-1996, pp. 2-3, sem cota. Arquivo Histórico do ICOM Portugal.

GOUVEIA, Henrique Coutinho - *Proposta de realização de um Seminário sobre redes museológicas locais, em Viana do Castelo*. 1999. Arquivo pessoal.

AGREN, Per-Uno - Portugal. Les musées régionaux et locaux – quelques observations et propositions (No. 1). Umea. 1977. Arquivo Histórico do MNAA.

AGREN, Per-Uno - Les Musées Régionaux et Locaux (Rapport n.º 2). Paris. 1979. [UNESCO “Document à diffusion restreinte” FMR/CC/CH/79/123]. Arquivo Histórico do MNAA.

Legislação

DL n.º 46 758/65, de 18 de dezembro. *D.G. n.º 286/65 – I Série.*

DL n.º 278/91, de 9 de agosto. *D.R. n.º 182/91 – I Série A.*

DL n.º 161/97, de 26 de junho. *D.R. n.º 145/97 – I Série A.*

Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto. – Lei-Quadro dos Museus Portugueses. *D.R. n.º 195/2004 I Série A.*

DL n.º 126 A/2011, de 29 de dezembro. *D.R. n.º 249/2011 – I Série.*

Bibliografia

AGREN, P.-U. (2002). Reflexões sobre a Rede Portuguesa de Museus. Em Instituto Português de Museus (Ed.), *Actas Fórum Internacional Redes de Museus* (pp. 17–24). Lisboa: Instituto Português de Museus.

ALARCÃO, A. (1993). O património museológico e a(s) tutela(s). *Vértice*, 32–36.

ANICO, M. (2009). Políticas da cultura em Portugal e Espanha. *Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 7(1), 57–71.

CAMACHO, C. F. (2009). Núcleos Museológicos em Portugal: algumas questões históricas e conceptuais. *Museal Revista do Museu Municipal de Faro*, (4).

CAMACHO, C. F. (2010). Rede Portuguesa de Museus (2000-2010): Balanço de uma Revolução Tranquila. *Museologia.pt*, (4), 10–33.

CASTELLS, M. (2000). Materials for an exploratory theory of the network society. *British Journal of Sociology*, 51 (4), 5–24.

COUTO, J. (1941). *Congressos e Conferências do Pessoal Superior dos Museus de Arte: Tese Apresentada ao II Congresso Transmontano*. Lisboa: Libano da Silva.

COUTO, J. (1962). Aspectos do Panorama Museológico Português. *Ocidente*, 63, 314.

COUTO, J. (1966). Aspetos do Problema Museológico Português. *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*, V(2), 3–5.

GUEDES, N. C. (1981). *Relatório sucinto de actividades do Instituto Português do Património Cultural apresentado pela Presidente do IPPC a Sua Excelência o Secretário de Estado da Cultura*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural.

GUEDES, N. C. (1983). Palavras proferidas na Sessão de Abertura. Em *Museus e Património Cultural Regional Semana de Reflexão Organizada pelo Instituto Português do Património Cultural e pelo Instituto Franco-Português*. Lisboa: IPPC.

LAMEIRAS-CAMPAGNOLO, M. O. (1998). Analisar e comparar entidades museológicas e paramuseológicas. Em *Actas do VII Encontro Nacional Museologia e Autarquias Experiências Perspectivas* (pp. 97–112). Seixal: Câmara Municipal do Seixal.

LAMEIRAS-CAMPAGNOLO, M. O. & CAMPAGNOLO, H. (1996). Uma forma renovada de entidade museal: uma rede na área dos Coutos Cistercienses de Alcobaça. Em *Actas do 1.º Seminário do Património da Região Oeste* (pp. 252–266).

Caldas da Rainha: PH.

LAMEIRAS-CAMPAGNOLO, M. O. & CAMPAGNOLO, H. (2002). O conceito de «Rede»: incidências sobre o enquadramento e a coordenação das unidades museológicas portuguesas. Em Instituto Português de Museus, *Actas - Fórum Internacional Redes de Museus*, (pp. 25–39). Lisboa: Instituto Português de Museus.

NEVES, J. S. (2004). Constituição de redes de equipamentos e seus impactos: o caso da RPM. Em Observatório das Actividades Culturais (Ed.), *Públicos da Cultura – Actas do Encontro organizado pelo OAC no ICS da Universidade de Lisboa, Lisboa, 24 e 25 de Novembro de 2003* (pp. 223–240). Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.

NEVES, J. S., SANTOS, J. & LIMA, M. J. (2013). *O Panorama Museológico em Portugal 2010*. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural.

RAPOSO, L. (1999). Museus de Arqueologia e Sítios Arqueológicos musealizados – identidades e diferença. *O Arqueólogo Português*, 17, 51–72.

SILVA, A. S. (2004). As redes culturais: balanço e perspectivas da experiência portuguesa, 1987-2003. Em Observatório das Actividades Culturais (Ed.), *Públicos da Cultura – Actas do Encontro organizado pelo OAC no ICS da Universidade de Lisboa, Lisboa, 24 e 25 de Novembro de 2003* (pp. 241–283). Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.

